

HABEAS CORPUS Nº 546.495 - SP (2019/0346673-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ALEXANDRE SANTORO CARRADITA
ADVOGADO : ALEXANDRE SANTORO CARRADITA - SP273448
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IAGO ROBERTO BRITO BERTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IAGO ROBERTO BRITO BERTI contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Apelação n. 0002216-70.2017.8.26.0637.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos e 11 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 291 dias-multa, como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, sustenta o impetrante a ilegalidade do acórdão impugnado quanto à determinação da imediata execução provisória da reprimenda privativa de liberdade pelo sentenciado antes do trânsito em julgado da condenação.

Alega que foi dado parcial provimento ao recurso especial interposto pela defesa para fixar o regime inicial semiaberto para desconto da reprimenda imposta ao réu, sendo indevida a prisão do paciente, nos termos do recente entendimento firmado pelo STF no sentido do não cabimento da execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da sentença.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja garantindo ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação.

É o relatório.

Em consulta à página eletrônica desta Corte Superior verifica-se que ocorreu o trânsito em julgado do REsp 1.836.638/SP em 26/11/2019, de forma que resta superada a análise da legalidade da custódia antecipada imposta, porquanto se trata, agora, de prisão com trânsito final em julgado, e não mais de segregação processual.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator